

Sindsep realiza manifestação em defesa da insalubridade

O SINDSEP/MA e os trabalhadores da Ebserh realizam amanhã, 10, a partir das 7h, uma importante manifestação em defesa da manutenção do cálculo da insalubridade, que irá acontecer em frente ao Hospital Universitário Presidente Dutra (HUUFMA).

A atividade é uma resposta à tentativa de alteração no cálculo do adicional de insalubridade, o que representa perdas significativas para os trabalhadores da Ebserh.

O Sindsep alerta que irá lutar de forma incisiva para manter a base de cálculo da insalubridade.

Segundo a direção do sindicato, a mobilização busca mostrar à Ebserh a necessidade de manutenção do atual modelo de cálculo, garantindo a valorização dos profissionais que atuam diariamente em condições de risco.

“A insalubridade é um direito histórico e essencial para quem trabalha em ambientes de risco. Não aceitaremos retrocessos. É hora de união e resistência”, destacou a direção do Sindsep/MA.

O sindicato reforça a importância da participação maciça de todos os servidores da Ebserh, pois somente com mobilização e unidade será possível garantir a manutenção desse direito.



ATENÇÃO EBSERIANOS!!

**VENHA DEFENDER A
MANUTENÇÃO DO CÁLCULO
DA INSALUBRIDADE**

MANIFESTAÇÃO
SEXTA-FEIRA (10), A PARTIR DAS 07 HORAS,
EM FRENTE AO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO PRESIDENTE DUTRA

NENHUM DIREITO A MENOS !!!

PARTICIPE!!!!

SINDSEP
MARANHÃO
SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS
FEDERAIS NO ESTADO DO MARANHÃO

www.sindsep.org.br  @SindsepMaranhao  Sindsep.MA  @SindsepMaranhao  SindsepMaranhao

Inscrições para o PROFCOMP: Mestrado Profissional em Ensino de Computação na UFMA

Estão abertas, até o dia 27 de outubro, as inscrições para o processo seletivo do Mestrado Profissional em Ensino de Computação (PROFCOMP). O programa é uma iniciativa em rede nacional da Sociedade Brasileira de Computação (SBC), em colaboração com 16 instituições associadas em todo o país, incluindo a Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

O PROFCOMP surge como resposta à necessidade de fortalecer a presença da Computação na Educação Básica, alinhado aos eixos estruturantes previstos na Base Nacional Comum Curricular (BNCC): Pensamento Computacional, Mun-

do Digital e Cultura Digital. O curso tem por foco a formação e qualificação de professores(as) para integrar essas competências em suas práticas pedagógicas.

Público-Alvo e Requisitos

O mestrado é voltado para professores(as) da Educação Básica (Ensino Fundamental ou Médio) que atuam na rede pública de ensino do Brasil.

Os requisitos são:

- Ser portador de diploma de licenciatura em qualquer área.
- Estar exercendo a docência na rede pública durante o período do curso.

- Comprovar vínculo com a rede pública (efetivo ou contratado, inclusive em estágio probatório) por meio de documentação.
- Estar ministrando aulas em qualquer ano da Educação Básica.

O programa busca capacitar tanto professores já licenciados em Computação, que desejam aprimorar seu ensino, quanto docentes de outras áreas, oferecendo uma base fundamental de conhecimentos em Computação e práticas pedagógicas específicas. mais informações e inscrição, acesse: Inscrição: www.fundatec.org.br; e UFMA: www.profcoppma.ufma.br

Fonte: UFMA



Marcha Nacional contra a Reforma Administrativa

Servidores públicos de todo o país farão em Brasília, no dia 29 de outubro, um grande ato de protesto contra a proposta de reforma administrativa em tramitação no Congresso Nacional, a PEC 32 de 2020. A Marcha Nacional do Serviço Público contra a Reforma Administrativa foi convocada pela CUT, centrais sindicais, confederações e federações de trabalhadores, com apoio das frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo.

Sem um debate aprofundado e definitivo com as entidades que representam os servidores das três esferas (federal, estadual e municipal), a proposta foi apresentada no dia 2 de outubro. O relatório final do Grupo de Trabalho da Câmara, que elaborou o projeto, tem seis eixos temáticos. São mais de 400 páginas, que trazem 70 alterações, organizadas em três proposições legislativas: uma PEC, um PLP e um PL (veja nesta matéria os principais ataques)

Mobilização e reação sindical

“Queremos enterrar de vez essa tentativa de desmontar o serviço público e de retirar direitos históricos dos trabalhadores”, afirmou Sérgio Ronaldo da Silva, secretário-geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras no Serviço Público Federal (Condsef).

O dirigente afirma que o recado a ser dado na marcha será direto. “O funcionalismo está unido e vigilante para impedir qualquer tentativa de ressuscitar projetos que ameaçam a estrutura do Estado brasileiro.”

Em nota, a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social (CNTSS/CUT) reafirmou sua “posição contrária a qualquer iniciativa que enfraqueça o Estado, reduza direitos dos servidores e comprometa políticas públicas”.

A entidade orientou suas bases a intensificar a mobilização e o

diálogo com a população e parlamentares, em articulação com a CUT e o Coletivo das Três Esferas, que reúne entidades representativas dos servidores públicos federais, estaduais e municipais.

A proposta é ideológica — e não é a favor dos trabalhadores

A categoria classifica o texto da PEC 32 como o maior ataque já feito ao funcionalismo e à estrutura do Estado brasileiro. O texto, coordenado pelo deputado Pedro Paulo (PSD-RJ), com apoio do presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), representa uma tentativa de enfraquecer carreiras, reduzir direitos e abrir espaço à terceirização em larga escala.

O Secretário de Relações de Trabalho da CUT, Sérgio Ricardo Antiqueira, explica que a proposta é uma ameaça porque o GT foi criado para “legitimar um debate enviesado, limitado a poucos atores, sem realmente levar o debate à sociedade”.

“A proposta exclui o diálogo verdadeiro com a sociedade civil, os servidores e os usuários do serviço público. O que foi apresentado é fruto da colaboração entre entidades empresariais como Fecomércio/SP, FIESP, CEBRASSE, o que evidencia um viés privatizante”, disse o dirigente.

Por que ser contra a reforma?

Entre os itens mais criticados está o ataque à estabilidade. A proposta mantém a criação de vínculos temporários e amplia as hipóteses de contratação precária. Para os servidores, isso abre brechas para demissões arbitrárias e fragiliza a independência funcional.

Outro ponto sensível é a avaliação de desempenho. O novo modelo é considerado punitivo e pode permitir a demissão de servidores sem direito à ampla defesa. Além disso,

impacta o direito de greve e enfraquece a atuação sindical, afetando também o estágio probatório.

Os servidores públicos aponham, ainda, que a reforma promove um rebaixamento das carreiras e dos salários. Segundo eles, o texto prevê congelamento salarial, limitação de remuneração em até 50% do valor inicial, fim da progressão por tempo de serviço e da licença-prêmio, além da imposição de metas individuais de desempenho.

“A ênfase excessiva na produtividade e no mérito individual, sem avaliações qualitativas e coletivas, é criticada, pois pode transformar o serviço público em um mero cartório. É uma reforma que atinge quem ganha menos e poupa os que estão no topo”, reforçou Sérgio Antiqueira.

Por outro lado, ainda de acordo com o dirigente, além de ameaçar a estabilidade e promover a precarização, o GT “omitiu deliberadamente a discussão sobre altos gastos com militares, supersalários do Judiciário e verbas parlamentares, focando seletivamente no funcionalismo público”.

Citação O conjunto das medidas apresentadas na reforma administrativa impactará de forma cruel a qualidade dos serviços prestados à população (Sérgio Antiqueira)

Eixos da reestruturação e impactos fiscais

De acordo com o texto apresentado, a reestruturação se baseia em três frentes principais:

Gestão estratégica: centraliza decisões nas cúpulas administrativas e aproxima o serviço público da lógica empresarial;

Transformação digital: usada, segundo os críticos, como justificativa para cortes de pessoal e terceirizações;

Fonte: CUT